



## PRINCÍPIOS VOLUNTÁRIOS SOBRE SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

### Termos de Referência da 13ª Reunião do Grupo de Trabalho Nacional

Maputo, Quinta-feira, 22 de Maio de 2025

8h30 – 12h15

Cidade de Maputo

#### Contextualização

Moçambique, com um sector extractivo em expansão, enfrenta desafios persistentes relacionados com a segurança e os direitos humanos. A exploração dos recursos naturais, especialmente nas áreas da mineração e do gás natural, tem gerado preocupações quanto aos impactos sociais e ambientais, conflitos locais e violações dos direitos das comunidades afetadas.

Após as eleições gerais de outubro de 2024, o país entrou numa fase delicada de crise política. A tomada de posse de Daniel Chapo como presidente, em janeiro de 2025, não acalmou por completo os ânimos, e os protestos continuaram em várias regiões, incluindo Cabo Delgado, onde as comunidades locais têm vindo a exigir uma maior participação nos processos de desenvolvimento e melhores condições de vida.

Em Cabo Delgado, uma província rica em recursos naturais, as tensões entre empresas e comunidades têm-se intensificado. A percepção de que os benefícios da exploração dos recursos não estão a ser distribuídos de forma equitativa alimenta um sentimento de exclusão e injustiça social. Além disso, há relatos de violações dos direitos humanos por parte das forças de segurança, incluindo detenções arbitrárias e uso excessivo da força.

Em 2025, a insurgência armada em Cabo Delgado voltou a intensificar-se, com uma série de ataques reivindicados pelo grupo extremista em Moçambique. Ataques recentes, como os ocorridos em fevereiro de 2025, resultaram em perdas humanas e materiais, afectando directamente as comunidades locais e as operações empresariais. Além disso, a exploração ilegal de recursos naturais, tem sido apontada como uma possível fonte de financiamento para os grupos insurgentes, exacerbando a instabilidade na província. Estes factores não apenas comprometem a segurança das populações, mas também minam a confiança dos investidores e dificultam a retoma das actividades económicas.

Neste contexto, torna-se urgente implementar práticas que assegurem benefícios reais para todos os intervenientes envolvidos — empresas, comunidades e autoridades moçambicanas. Os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos (PVs) oferecem um quadro essencial para garantir que o sector extrativo opera de forma responsável, promovendo ambientes de maior estabilidade e diálogo.

Com base nestas constatações, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACRe) e o Centro para a Democracia e Direitos Humanos (CDD), na qualidade de co-presidentes dos grupos de trabalho sobre os PVs em Moçambique, convocam os membros do **Grupo de Trabalho Nacional sobre os PVs** para a **13ª reunião**, a ter lugar no dia **22 de maio de 2025, das 8h30 às 12h15**, na cidade de Maputo.

## Objectivos

Esta reunião do Grupo de trabalho tem os seguintes objectivos:

- Apresentar e discutir os principais resultados dos relatórios de monitoria e estudos realizados em Cabo Delgado, destacando os desafios e oportunidades
- Analisar os desafios e oportunidades na integração dos PVs no contexto da retoma das actividades empresariais em Cabo Delgado, com enfoque na actuação das forças de segurança e na protecção das comunidades locais.
- Analisar as experiências, desafios e oportunidades das OSCs na monitoria das interações entre empresas, comunidades e forças de segurança, promovendo a implementação efetiva dos PVs em Moçambique.

## Metodologia

As reuniões do grupo de trabalho dos PVs seguem as regras da *Chatham House*, oferecendo um espaço seguro para intercâmbio entre membros do governo, empresas e sociedade civil

## PROGRAMA

Agenda	
8h30 – 9h00	<b>Chegada e Registo dos Participantes</b>
9h00 – 9h15	<b>Sessão de abertura</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Prof. Adriano Nuvunga – Diretor do CDD</li><li>• Dr. Ângelo Paúnde – Diretor, Direção de Direitos Humanos e Cidadania, Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos</li></ul>
9h15 – 10h40	<b>Apresentação do Relatório dos Monitores e Estudos de Cabo Delgado</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Julio Bicheche – Monitor do CDD</li></ul> <p>Apresentar e discutir os principais resultados dos relatórios de monitoria e estudos realizados em Cabo Delgado, destacando os desafios e oportunidades</p>
10h40 – 12h00	<b>A Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH): Fortalecimento da Proteção dos Direitos Humanos em Contextos de Conflito, com Foco na Província de Cabo Delgado</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentação do trabalho da CNDH</li></ul> <p>Perguntas e intercâmbios sobre o trabalho da CNDH</p>
12h00 – 12h15	<b>Considerações finais e próximos passos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Prof. Adriano Nuvunga – Diretor do CDD</li></ul>
Almoço	